Portugal e o euro-atlantismo

José Calvet de Magalhães*

A concretização da adesão portuguesa às Comunidades Europeias veio pôr em foco a componente *europeia* da política externa portuguesa, o que, a nosso ver, não invalida nem enfraquece a importância da componente *atlântica* no posicionamento externo do nosso país. Ambas as componentes constituem de facto as bases fundamentais da política externa portuguesa no actual momento histórico, produto de uma penosa e lenta evolução histórica em que os factores geoestratégicos, económicos e culturais acabaram por determinar uma orientação que nem sempre os homens políticos souberam apreender e dinamizar em devido tempo. Se hoje, contra ventos e marés, nos instalámos comodamente numa espécie de euro-atlantismo basilar, nem sempre nos apercebemos nem das razões profundas, nem das consequências de uma atitude que à maioria dos portugueses parece agora surpreendentemente natural e consentânea com os interesses fundamentais do país nos aspectos da segurança e do progresso económico e cultural. Uma reflexão sobre a natureza dos factores e o processo histórico que originaram esse posicionamento externo parece-nos, pois, oportuna e estimulante.

Na gestação ou formulação de qualquer política externa há que ter em conta, em primeiro lugar, a posição geográfica do país, entendida esta em toda a sua extensão e não tomada apenas em qualquer aspecto parcial. Este princípio básico, que parece óbvio quando enunciado, nem sempre, porém, esteve presente na memória dos defensores de certas políticas externas extremas que põem em relevo um determinado aspecto em detrimento dos outros. Trata-se naturalmente de uma atitude não científica que resulta da imposição de uma qualquer ideologia que ignora deliberadamente os dados reais que a possam contradizer. A nossa óptica será, por conseguinte, uma óptica globalizante dos factores geográficos.

Na longa história de Portugal, os factores geográficos sofreram grande variação,

* Embaixador.

implicando consequentemente variações sensíveis como elementos determinantes ou influenciadores da nossa actuação externa. O nosso país nasceu como unidade política europeia nos meados do século XII e a partir de 1249, quando foram completadas as fronteiras políticas actuais do seu território continental, a sua posição geográfica era a de uma verdadeira encruzilhada entre continentes e mares: no eixo Norte-Sul, situado como era no extremo Sudoeste da Europa, apontava para o continente africano; e no eixo Este-Oeste situava-se entre o Mediterrâneo e o Atlântico. A simples referência a esta situação geográfica – factor permanente da história portuguesa – só por si ajuda a compreender muitos dos aspectos da actuação externa portuguesa através do seu passado multissecular.

Os poetas têm por vezes felizes intuições. É assim que Camões não deixa de salientar a particular posição geográfica de Portugal, o que, como veremos mais adiante, tinha uma importância muito relevante para a concepção fundamental dos *Lusíadas.* Ao descrever a Europa, a que o poeta chama a «Larga Terra», afirma que a Península Ibérica é a «cabeça da Europa toda» e que Portugal é «quase cume da Europa toda», acrescentando: «Onde a terra acaba e o mar começa». Outro poeta dos nossos dias, Fernando Pessoa, ao falar da Europa na sua *Mensagem,* diz que «o rosto com que fita é Portugal». Fita o quê? O Ocidente, ou seja, o mar-oceano. Nestas alusões dos dois grandes poetas põe-se em evidência a particular posição geográfica portuguesa, especialmente a dualidade terra-mar, elemento básico da problemática política portuguesa.

Se da simples análise da posição geográfica passarmos para a consideração de um dos seus principais corolários, ou seja, as fronteiras imediatas do país, verificamos que, no Portugal nascente, na época em que o seu primeiro monarca talhou para si um novo reino, essas fronteiras eram três: a norte e oriente, a fronteira com Leão-Castela; a sul, a fronteira com o território ocupado pelos mouros vindos do Norte de África; e a ocidente, o oceano. Obtido o reconhecimento da independência portuguesa por parte do monarca castelhano, era necessário eliminar a fronteira sul, o que foi conseguido após porfiadas lutas que só terminaram em 1249. Ficou, pois, o oceano e, como diz o poeta, *Portugal fitando* os *mares.*

Os geógrafos e historiadores já puseram em evidência a importância do factor marítimo, não apenas nas características sociológicas do povo português, mas igualmente na formação da sua política externa, nomeadamente na empresa de expansão ultramarina iniciada nos começos do século XV. A esse factor já se tem

chamado *oceanidade* e o seu peso nos destinos nacionais é inegável. Seria extremamente longo e fora do nosso actual propósito examinar aqui, com algum pormenor, a incidência do factor geográfico na expansão ultramarina portuguesa, bastando apenas acentuar que ela gerou, naturalmente, novas posições geográficas para Portugal, com todas as complexas consequências sobre a acção externa dos governantes portugueses através dos vários séculos. Limitar-nos-emos, para efeito da nossa análise, a referir brevemente alguns aspectos desse problema no que respeita às épocas mais próximas dos nossos dias, a saber: a) período entre as duas grandes guerras mundiais; b) período após a Segunda Grande Guerra até à Revolução de Abril; c) período actual após a descolonização portuguesa.

Portugal saiu da Primeira Guerra Mundial conservando todos os territórios ultramarinos que possuía anteriormente. Os territórios sob soberania portuguesa eram constituídos pelas seguintes parcelas: na Europa, o território continental português e os arquipélagos da Madeira e dos Açores; na África, a Guiné portuguesa, Angola, Moçambique e os arquipélagos de S. Tomé e do Cabo Verde; na Ásia e Oceania, Goa, Damão, Diu, Macau e Timor.

O território continental português possuía apenas uma fronteira terrestre, com a Espanha. Este facto determinava, só por si, um particular relacionamento com esse país que a contiguidade geográfica impunha. Historicamente a Espanha constituiu uma ameaça permanente para a independência portuguesa e em diversas épocas e ocasiões essa ameaça fez-se sentir de forma bastante concreta. Natural era, pois, que desde muito cedo os governantes portugueses, dada a desproporção evidente entre as forças portuguesas e espanholas, procurassem encontrar apoio numa força marítima que pudesse, em caso de necessidade, acorrer em defesa do nosso território. Circunstâncias históricas de vária ordem, que não importa aqui pormenorizar, fizeram surgir como nosso aliado natural contra Castela a Inglaterra, e quando este país se transformou numa grande potência marítima essa aliança passou a ser determinante. Esta situação, através de várias vicissitudes, em que aliás o aliado escolhido se revelou não ser muito cómodo, sendo até por vezes traiçoeiro, perdurou no período entre as duas grandes guerras que estamos analisando.

Por outro lado, os vários arquipélagos portugueses espalhados pelo Atlântico davam uma dimensão atlântica à nossa projecção externa. O caso do arquipélago dos Açores era particularmente importante no duplo aspecto da política externa e da estratégia militar. Situado quase a meio do Atlântico Norte, a sua posição geográfica não poderia deixar de interessar os Estados Unidos.

Não admira, pois, que nas primeiras negociações entre Portugal e a jovem república americana, que tiveram lugar entre 1783 e 1786, os negociadores americanos John Adams e Thomas Jefferson (mais tarde ambos presidentes dos Estados Unidos) propusessem o estabelecimento de um entreposto americano nos Açores. Este interesse dos Estados Unidos pela posição açoriana manifestou-se por diversas formas através dos tempos, nomeadamente pela manutenção de uma estação naval americana em Ponta Delgada durante a Primeira Guerra Mundial, que foi aliás visitada em 1918 por Franklin D. Roosevelt quando desempenhava as funções de subsecretário da Marinha no Governo de Wilson. Ao interesse estratégico dos Açores para os Estados Unidos, acrescia o facto de importantes núcleos de açorianos se terem estabelecido naquele país a partir do século XVIII, aumentando assim os elos de ligação entre o nosso arquipélago e a grande nação do outro lado do Atlântico.

Deve, no entanto, observar-se desde já que no período entre as duas grandes guerras que estamos examinando, apesar dos factores geográficos, demográficos e outros e, ainda, da importância assumida pelos Estados Unidos na cena mundial após a sua intervenção na Primeira Grande Guerra, as relações de Portugal com esse país foram sempre vistas em Lisboa num plano assaz secundário pelos motivos que mais adiante teremos ocasião de expor.

Olhando para o conjunto dos nossos territórios ultramarinos, convém assinalar que as nossas possessões africanas possuíam fronteiras com outros territórios coloniais sob o domínio da Grã-Bretanha, da França e da Bélgica. Na Índia, por outro lado, os nossos territórios constituíam pequenos enclaves numa vasta possessão britânica. Macau, vizinho de uma China em declínio, tinha também como vizinho próximo a colónia britânica de Hong-Kong, de que era uma espécie de satélite. O Timor português, finalmente, era vizinho do Timor holandês. Esta situação fazia com que Portugal no Ultramar fosse vizinho, por conseguinte, da Grã-Bretanha, da França, da Bélgica, da Holanda e da China. A nossa política externa, no período a que nos referimos, era a de manter estreitas relações com estes países pelas razões geográficas apontadas.

Na realidade, porém, as nossas relações com a Grã-Bretanha assumiam um papel preponderante no conjunto das nossas relações externas. Em primeiro lugar, Portugal achava-se ligado a esse país por uma aliança multissecular que na sua primeira fase representava para nós um apoio externo fundamental para garantir a defesa da nossa autonomia em relação a Castela. A partir do século XVII. e após a Restauração, a renovação da aliança compreendeu também o objectivo de garantir a

presença portuguesa nos vastos domínios ultramarinos herdados da era dos descobrimentos. Em ambos os aspectos, o europeu e o ultramarino, a Grã-Bretanha constituía para Portugal o seu principal apoio externo, cuja importância foi aumentando à medida que o poderio britânico foi crescendo e a situação portuguesa nos domínios económico e militar foi declinando.

Acresce que desde a *Entente Cordiale* que as relações entre a Grã-Bretanha e a França eram as melhores, e quer a Bélgica quer a Holanda mantinham estreitas relações com o governo de Londres. No sul da China, onde Macau se situava, os ingleses disfrutavam de uma decisiva influência perante uma China extremamente enfraquecida. Os diversos factores históricos, económicos e políticos, associados ao importante factor geográfico, faziam com que, neste período, a aliança inglesa constituísse o *pivot* central da política externa portuguesa. Com aquela nossa tendência para a simplificação, a aliança inglesa tornou-se para a generalidade dos políticos portugueses como que uma ideologia, uma espécie de dogma que fazia esquecer ou colocar em plano secundário outras hipóteses relevantes de apoio internacional que libertassem o país de uma penosa supremacia, exercida por vezes de forma abusiva e que não poucos amargos de boca nos causou. Esta foi uma das razões que, a nosso ver, levou os governos da época, seguindo as pisadas dos governos anteriores do século XIX, a esquecer o papel que os Estados Unidos, pela sua importância económica e militar e pela posição geográfica que tinham em relação ao nosso país, poderiam desempenhar na política externa portuguesa.

A Segunda Guerra Mundial obrigou o governo de então a tomar uma importante opção perante tendências opostas que se defrontavam dentro e fora do governo. Apesar da tentação ideológica que por vezes tem contaminado e deturpado os fundamentos da nossa política externa, os factores geopolíticos revelaram-se suficientemente fortes para impor uma política de neutralidade. O conflito evidenciou a oposição das democracias aos regimes totalitários da Alemanha e da Itália (oposição já aliás patente durante a Guerra Civil de Espanha). O regime do Estado Novo assentava numa forte crítica ao sistema democrático, o que levou muitos portugueses e muitos dos seus dirigentes políticos da altura a inclinarem-se fortemente a favor dos opositores das democracias e, por conseguinte, contra a Grã-Bretanha. Tendo em conta, todavia, os dados geográficos que assinalámos, o país foi colocado perante o seguinte dilema: se Portugal entrasse no conflito ao lado das democracias (como aliás fez, em circunstâncias diferentes, na Primeira Guerra Mundial), isso poderia provocar a ocupação do país por forças hispano-alemãs, possíveis desembarques ulteriores nas nossas praias de forças das democracias e a transformação do continente

português num teatro de guerra; se, numa hipótese contrária, Portugal, juntamente com a Espanha, se colocassem do lado das potências do Eixo, declarando guerra às democracias, as nossas ilhas atlânticas e todas as nossas possessões ultramarinas seriam certamente ocupadas pelas forças democráticas. A diversidade das posições geográficas impunha, pois, a neutralidade. Mas o peso da aliança luso-britânica era, porém, tal que o governo de Salazar, ao proclamar essa neutralidade no início do conflito, condicionou-a às obrigações da aliança e foi, precisamente, invocando-a os ingleses que, em 1943, o governo português concedeu facilidades militares aos britânicos nos Açores, facilidades estas que foram depois estendidas às forças americanas como aliados dos britânicos.

No período que vai desde o final da Segunda Grande Guerra à eclosão da Revolução de Abril, a situação política das fronteiras dos nossos territórios ultramarinos sofreu uma radical transformação em resultado do movimento de descolonização iniciado logo após a cessação do conflito e fomentado principalmente no seio da ONU. Este movimento, cujo dinamismo e eficácia eram evidentes para os observadores atentos da cena internacional, levou à emancipação política de vastos territórios sob o domínio britânico, seguida pela emancipação das colónias da França, da Bélgica e da Holanda. Aquela situação geopolítica dos nossos territórios ultramarinos, acima descrita, foi em consequência profundamente alterada. Em vez de termos como vizinhos nesses territórios a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e a Holanda, passámos a ter a Índia, o Senegal, a Guiné-Conacry, o Congo-Brazzaville, o Congo-Kinshasa (hoje Zaire), a Zâmbia, a República da África do Sul, a Suazilândia, a Rodésia (hoje Zimbabwé), o Malawi, o Tanganica (hoje Tanzânia) e a Indonésia. Este simples enunciado evidencia, por si só, a gravidade da nova situação criada para o nosso país na cena internacional. Até então o império colonial português vivera encostado principalmente ao império colonial britânico e acessoriamente aos impérios coloniais francês, belga e holandês. Desaparecidos estes impérios, criou-se um vazio político à nossa volta, agravado pelo forte movimento descolonizador que, além de dispor de considerável audiência na ONU, era apoiado, embora por motivos diferentes, pelas duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, que em regra actuavam sempre em campos diversos.

No final da Segunda Guerra Mundial, as primeiras crises ultramarinas que tivemos de enfrentar respeitavam à reocupação de Timor e ao aparecimento na China vitoriosa de um «movimento para a retrocessão de Macau». Ambas estas crises foram debeladas, mas logo se seguiu uma crise mais grave quando a União Indiana, após a sua

independência em 1947, declarou que os territórios de Goa, Damão e Diu eram partes integrantes da União, devendo Portugal abandonar a sua soberania sobre eles. A questão indiana veio pôr em foco o problema da actualidade da aliança luso-britânica e consequentemente demonstrar a necessidade de rever toda a problemática da nossa política externa no que se refere à defesa do Ultramar. O governo britânico, aliás, ao embarcar na sua política de descolonização, deixou entender ao governo português que a transformação do Império Britânico e o alargamento da Comunidade Britânica, com a inclusão de antigas colónias britânicas, tornadas Estados independentes, trazia limitações ao funcionamento da aliança. Assim, esta não poderia funcionar nos casos de conflito entre Portugal e um membro da Comunidade Britânica.

Deverá observar-se ainda que a aliança luso-britânica já havia sido, de certo modo, ultrapassada, no que se refere ao território metropolitano de Portugal, pela participação portuguesa no Tratado do Atlântico Norte, em 1949, pelo qual o país recebeu uma garantia colectiva contra ataques de terceiros, devendo igualmente salientar-se que o convite para Portugal participar na Aliança Atlântica se baseou em razões de ordem geoestratégica. Numa concepção estratégica do Atlântico Norte, era indispensável incluir na área da Aliança todos os países ribeirinhos e Portugal era um deles, acrescendo ainda o facto de possuir importantes arquipélagos naquela área, nomeadamente o arquipélago dos Açores. A importância do território continental português como testa de ponte no extremo sudoeste da costa atlântica europeia e como guardião das rotas marítimas para o Sul e para o Mediterrâneo era ainda maior pela exclusão da Espanha da Aliança. No que respeita ao valor estratégico do arquipélago açoriano em particular, ele fora bem evidenciado durante a Segunda Guerra Mundial. Dean Acheson, um dos principais obreiros da Aliança Atlântica, afirma claramente nas suas memórias: «A importância de Portugal, detentor dos Açores, para a defesa da Europa Ocidental era bem clara».

Se considerarmos agora a nova situação para nós criada em África a que já nos referimos, com excepção da República da África do Sul, da Rodésia, do Malawi e da Suazilândia, os restantes países vizinhos dos nossos territórios africanos não só propugnavam a independência desses territórios no seio da ONU e noutros foros internacionais, como apoiavam pelas mais diversas formas os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas que entretanto se formaram, sobretudo a partir de 1960. Alguns desses países tornaram-se importantes bases operacionais para esses movimentos que, utilizando a conhecida táctica do

santuário, criavam sérias dificuldades às forças de defesa portuguesas. O factor geográfico da vizinhança transformou-se assim de vantagem em inconveniente.

Uma transformação tão radical das condições geográficas de base e a intensidade, apoios e características do movimento internacional de descolonização exigiam uma «revisão agonizante» da nossa política ultramarina e da nossa política externa. Não pretendemos, todavia, analisar em profundidade as causas e as consequências da atitude assumida pelos governos de então nesta matéria, pois isso nos afastaria muito do tema central do presente estudo. Limitamo-nos, por conseguinte, a descrever a situação factual existente, pondo em evidência, mais uma vez, a importância dos dados geopolíticos e os perigos que podem advir da sua ignorância ou minimização na formulação de uma política externa que, despida de quaisquer preocupações ideológicas, procure apenas realizar o interesse nacional.

Após a Revolução de Abril verificou-se a supressão de todas as posições geográficas portuguesas fora da Europa, com excepção do pequeno território de Macau, cuja situação é muito particular, e de Timor-Leste, cuja situação ainda mais particular está na base do actual diferendo entre Portugal e a Indonésia. Geograficamente, Portugal acha-se pois limitado ao seu território continental europeu e aos seus arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores. A incidência dos factores geográficos na definição da política externa portuguesa surge-nos assim com maior clareza e sem a complexidade com que era vista nos períodos anteriores.

Portugal de hoje, no ponto de vista geográfico, encontra-se numa posição quase idêntica ao Portugal dos anos que precederam a nossa expansão marítima, se exceptuarmos os arquipélagos atlânticos. Parece-nos útil e oportuno recordar que no início dessa expansão o nosso país era já velho de três séculos, ou seja, com mais um século de idade que os Estados Unidos de hoje. Ainda ecoam as vozes das Cassandras políticas que, não há muito tempo, proclamavam que a perda do Ultramar significaria a perda da independência ou da identidade nacional, esquecendo-se desse Portugal medieval cuja vitalidade ficou bem demonstrada em Aljubarrota. E como as Cassandras não desistem facilmente, ouvem-se novamente a clamar que a nossa integração nas Comunidades Europeias representa o fim da pátria portuguesa. É caso para perguntar aos luxemburgueses, cujo número é comparável à população do Porto, e que há mais de vinte e cinco anos fazem parte dessas Comunidades, se perderam ou sentiram ameaçada a sua identidade nacional, rodeados como estão de vizinhos poderosos, cujas

populações totalizam 126 milhões de habitantes!

Portugal possui hoje uma única fronteira terrestre, a fronteira com a Espanha, tal como acontecia na época em que iniciáramos a expansão marítima. Neste aspecto não existe qualquer modificação fundamental directa na sua postura internacional, que é a de conseguir o melhor relacionamento possível, em todos os campos, com o país vizinho. Geograficamente parte da Península Ibérica, o nosso país faz naturalmente parte do continente europeu com todas as consequências geopolíticas e geoestratégicas que isso implica.

Para além da fronteira terrestre portuguesa e da sua continentalidade europeia, a restante fronteira portuguesa é marítima e atlântica. A dualidade terra-mar constitui pois um elemento fundamental na formulação de qualquer política externa portuguesa. A situação presente do país é certamente diversa da situação que perdurou durante mais de cinco séculos e que originou uma predominância do elemento marítimo sobre o elemento terrestre na elaboração da nossa política externa em muitos momentos importantes da nossa história. A existência de vastos domínios ultramarinos sob soberania portuguesa, espalhados pelo mundo, fez com que a generalidade dos políticos portugueses atribuíssem uma primazia aos assuntos ultramarinos sobre os problemas continentais, alheando-se bastante das questões europeias que só os preocupavam de forma mitigada e indirecta, ou quando as consequências materiais das convulsões europeias lhes batiam à porta.

Desaparecidos os domínios ultramarinos, o mar passou hoje a ter para Portugal um valor próprio e mais directo, deixando de ser, como era até então, sobretudo um meio de comunicação. Com a evolução recente do direito marítimo internacional, Portugal poderá hoje exercer direitos de exploração sobre uma vasta zona atlântica, cuja área é dezoito vezes superior à área do solo português. Trata-se de uma riqueza potencial mas que, mercê do progresso tecnológico e de uma política económica bem orientada, poderá vir a influenciar consideravelmente a situação do país.

Se fisicamente somos parte integrante da Europa, económica e culturalmente somos igualmente uma das suas componentes.

O nosso mercado fundamental situa-se, de facto, na Europa ocidental e este é um facto que não pode ser esquecido na elaboração da nossa política externa. Com efeito, 68 por cento das nossas exportações dirigem-se para os países da CEE e da EFTA, onde se originam 41 por cento das nossas importações. Numa

perspectiva atlântica, se juntarmos a esses países também os Estados Unidos, as nossas exportações para o conjunto desses países cifram-se em cerca de 77 por cento e as importações deles oriundas em cerca de 55 por cento. Economicamente somos, portanto, fundamentalmente um país europeu e complementarmente um país euro-atlântico. Qualquer política externa que ignore este facto é uma política fantasista, sem uma base sólida e que contraria os interesses essenciais do país.

Se atentarmos agora nos factores culturais, não nos oferece dúvidas que fazemos parte da chamada cultura europeia ou ocidental, que assenta nos três pilares da filosofia grega, do direito romano e da ética cristã. Apesar das dúvidas que certos aspectos superficiais da nossa maneira de ser possam suscitar no espírito de alguns, fazemos parte indubitaveImente dessa cultura europeia, não se devendo esquecer que Portugal constituiu até o principal instrumento da expansão universal da cultura europeia, tal como ela era então entendida na era de quinhentos, e que a própria proeza de Colombo, como também é oportuno recordar, foi uma consequência directa do movimento de expansão iniciado pelos portugueses que, se foi financiada pelos Reis Católicos, não deixou, porém, de se basear fundamentalmente na técnica e conhecimentos náuticos dos portugueses de quem CoIombo era, aliás, um ardente discípulo. E falando de Colombo e do novo continente por ele descoberto, vem a propósito assinalar que culturalmente a América é também Europa, um facto que os próprios europeus muitas vezes esquecem. A América é na realidade uma Europa transplantada para a outra margem do Atlântico que, durante largo tempo, se alimentou das populações, dos capitais e da inteligência europeias. O extraordinário progresso cultural dos Estados Unidos é um produto da cultura europeia e a Europa de hoje recebe de volta o capital humano e intelectual que investiu no continente americano, na forma de uma série de instrumentos de progresso e de estilo de vida, culminando numa autêntica revolução tecnológica.

Além de gesta nacional, a empresa dos descobrimentos marítimos, também convém acentuar, foi de facto uma empresa essencialmente europeia. Para começar, o Infante D. Henrique era filho de uma inglesa e, portanto, um *europeu;* os ideais por que combatia eram os ideais da Europa cristã e a grande empresa que iniciou foi feita com a colaboração de europeus das mais variadas origens.

Camões, no seu imortal poema, põe em evidência o carácter europeu da empresa marítima dos portugueses, embora esse seja um aspecto que entre nós é geralmente deixado na penumbra ou mesmo no esquecimento, acentuando-se de preferência o carácter de epopeia nacional de *Os Lusíadas.* Ora o poema, embora

epopeia nacional, embora epopeia de um povo, principal protagonista dos feitos que o poeta canta, possui um significado mais transcendente pois se destina a enaltecer a defesa da civilização cristã e europeia contra um poderoso adversário que a ameaçava. Em *Os Lusíadas,* Portugal surge como o campeão da Europa cristã a que Camões chama sucessivamente «forte Europa belicosa», «soberba Europa», «Europa rica», para finalmente dizer no Canto X:

«Vês Europa cristã, mais alta e *clara*
Que as *outras* em *polícia* e *fortaleza».*

Camões fustiga as outras nações europeias, «dentes de Cadmo despargidos», ocupadas em lutas intestinas, chamando-lhes «duro inglês» e «Galo indiano» ou, no caso dos alemães, «soberbo gado», dizendo que a Itália se encontrava «submersa em vícios». Em contraste exalta os portugueses, afirmando:

«Não faltaram cristãos atrevimentos
Nesta pequena casa *lusitana».*

Com a descolonização e o desaparecimento dos territórios ultramarinos portugueses, a atracção de Portugal para a Europa surgiu como uma tendência natural tendo em conta os poderosos factores geográficos, económicos e culturais que analisámos. Desaparecida a força centrífuga do Ultramar, fez-se sentir poderosamente a força centrípeta das Comunidades Europeias e a aproximação à Europa passou a constituir assim uma orientação política de todos os partidos democráticos portugueses.

A nossa aproximação das instituições europeias, embora esse facto não seja suficientemente conhecido ou assinalado, constituiu um processo longo em que as diversas etapas se sucederam num certo encadeamento e que, tendo a sua origem na nossa participação, há mais de trinta anos, na OECE, resultante do Plano Marshall, e passando pela nossa participação na EFTA em 1960 e o nosso acordo preferencial com a CEE em 1972, culminou no nosso pedido de adesão às Comunidades após a Revolução de Abril. Este longo processo de aproximação foi motivado sobretudo pelas circunstâncias de carácter económico e político do momento, mais do que o resultado de um pensamento político dos governantes. E a própria efectivação dessas diversas etapas dependeu principalmente de um pequeno grupo de pessoas, em regra funcionários, que, encontrando-se em posições-chave, puderam influir decisivamente nas tomadas de decisão adequadas que levaram aos resultados obtidos. Apesar da corrente dominante *ultramarinista,* no antigo regime, *exi*stia portanto uma corrente *europeísta* que conseguiu, apesar dos

inúmeros obstáculos, alguns resultados positivos no sentido da aproximação com a Europa que, após a Revolução de Abril, permitiram aos nossos governantes tomar a decisão histórica de solicitar a nossa adesão às Comunidades Europeias, com todas as implicações políticas e económicas que esse facto envolve.

A integração portuguesa na Europa comunitária constitui, por conseguinte, a concretização de um imperativo nacional, nem sempre evidente a todos os portugueses, que permitirá ao nosso país atingir níveis de desenvolvimento económico e cultural comparáveis aos dos outros países europeus mais evoluídos e recuperar assim o secular atraso que vimos sofrendo, mercê de políticas que, apoiando-se mais em ideologias do que em realidades, mantiveram o país afastado dos centros dinamizadores da cultura europeia e do progresso por ela gerado.

A nossa integração plena na Europa não nos deverá, porém, fazer esquecer a nossa natureza atlântica e a nossa natural solidariedade para com os Estados Unidos, firmada em posições estratégicas fundamentais para a defesa do Ocidente e cimentada por laços especiais resultantes da existência de importantes núcleos portugueses naquele país e a importante posição que ele assume nas relações económicas e financeiras com Portugal. A nossa participação na NATO baseia-se hoje, mais do que nunca, num imperativo nacional como país que somos particularmente interessado na aliança entre a Europa e os Estados Unidos. Essa posição fará com que sejamos dentro das Comunidades Europeias, com a Grã-Bretanha e a Irlanda, um dos elos mais fortes da Aliança Atlântica.

Após a lenta e penosa evolução verificada pela nossa política externa, sobretudo a partir da época que assistiu ao rescaldo da aventura napoleónica, o nosso euro-atlantismo natural encontrou finalmente uma base política que nos parece sólida e irreversível, salvo qualquer aventura política que infelizmente o estádio ainda incipiente da nossa estrutura política democrática possa acidentalmente produzir.

Mas se o euro-atlantismo deve constituir a base fundamental da nossa política externa, devemos advertir, em conclusão, que ele não deve ser exclusivista. Quer as Comunidades Europeias, quer os Estados Unidos, embora dêem prioridade, consoante os casos, tanto aos interesses europeus como aos interesses da Aliança Atlântica, possuem importantes interesses noutras áreas, que lhes impõem outras orientações políticas paralelas ou complementares. O nosso euro-atlantismo não tem pois que ser exclusivista e não impede outras políticas particulares como sejam a política de aproximação com os países lusófonos aos quais estamos ligados por profundos laços históricos ou a política

de bom entendimento com outros países onde existem importantes núcleos portugueses ou com os quais mantemos importantes laços de natureza económica e cultural, como os países produtores de petróleo, o Japão e ainda outros. Todos estes aspectos da nossa política externa não são, de forma alguma, incompatíveis com o nosso euro-atlantismo. Alguns deles constituem até aspectos complementares da orientação básica da nossa política externa que poderão reforçar a nossa posição no seio das Comunidades Europeias e de certo modo individualizar a nossa participação na formação de uma política europeia.

Qualquer que seja o empenho que os governos demonstrarem na prossecução de uma determinada política externa sectorial, ele não deverá esquecer, nem muito menos contrariar, os objectivos fundamentais da nossa posição básica, assente, como vimos, em alicerces bem sólidos e que representa, afinal. a única garantia segura da nossa segurança e do nosso progresso.